

ROBERTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Inflação: O Modelo Brasileiro

Formulação do problema

UMA ANÁLISE DA ECONOMIA brasileira do ponto de vista de suas estruturas de produção revela a existência de três setores diversos coexistindo num mesmo sistema: um produzindo para a exportação, outro em que predominam atividades de subsistência, e o terceiro constituindo o núcleo industrial formado com base no mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita.

A economia de exportação é fruto do capital europeu da época do mercantilismo. Caracteriza a sociedade colonial, exportadora de produtos tropicais obtidos, em larga escala, pela especialização em atividades agrícolas. Cresce de forma extensiva, pela incorporação de recursos ao processo de exploração colonial. Reflexa, depende de fatores exógenos e das decisões externas para se desenvolver.

O setor de subsistência resulta dos efeitos da involução da empresa colonial agrícola sobre economias agropecuárias dependentes, formadas em função das necessidades do abastecimento da sociedade monocultora. São atividades marginalizadas, dificilmente mensuráveis em termos de agregados de ren-

uma perfeita confluência entre o conda, tanto mais quanto sabemos haver sumo e a utilização comercial do produto.

A economia industrial, finalmente, surgiu com base no mercado interno gerado pela massa de salários ligada ao setor de exportação (café). Forma-se em decorrência da procura pré-existente de manufaturas, antes atendida com importações. É um processo de substituição de bens importados por manufaturas produzidas internamente.

O sistema econômico brasileiro apresenta-se, assim, como uma estrutura subdesenvolvida complexa que já esgotou o velho módulo de crescimento extensivo, dependente somente das exportações. Que deslocou o impulso dinâmico do exterior para o núcleo industrial doméstico. Que interiorizou o centro das decisões econômicas, adquirindo individualização e autonomia.

Esse deslocamento do eixo da economia nacional é o resultado do processo de transição que se verifica nos três últimos mas sobretudo nos dois últimos decênios. Processo de mutações irreversíveis, de progressiva diferenciação de estruturas. Mas processo que não se

operou sem a ocorrência de fortes pressões inflacionárias. Realmente, o intenso progresso dos últimos decênios teve como contrapartida forte surto de inflação, com efeitos persistentes sobre o nível geral dos preços, sobre a distribuição da riqueza social. Revela, nos últimos anos, uma tendência ao agravamento: o aumento percentual dos preços foi, com efeito, de 51% no triênio 1950-53; de 76% no seguinte; de 81% de 1956 a 1959; de 126% nos últimos três anos. Em 1962, calcula-se que será superior a 50%.

A constância do fenômeno, que se exaspera à medida que crescem as taxas cumulativas de desenvolvimento (2,7%, no período de guerra, e 6% a partir de 1946), tem dado margem a generalizações infundadas. Parece, contudo, que não se justificam, as correlações causais que se pretende estabelecer entre inflação e desenvolvimento de áreas deprimidas. Inflação e subdesenvolvimento se interrelacionam certamente, nos últimos anos, mas não de maneira uniforme. A própria América Latina oferece exemplos de estagnação e inflação (Argentina), desenvolvimento e estabilidade (Venezuela, antes de 1958), de estagnação e estabilidade (Cuba, antes de 1959). De inflação com desenvolvimento (Brasil). Cremos poder dizer, porém, com segurança — e é o que tentaremos demonstrar a seguir — que, nos moldes em que se processou o surto industrial brasileiro, a inflação resultou ser, pelo menos, a condição necessária para o desenvolvimento. O nosso objetivo será, portanto, analisar as várias pressões inflacionárias estruturais engendradas pelo modo como interagem as forças econômicas do desenvolvimento

nacional. Seriam elas a resultante de um desequilíbrio ao nível das formas e dos fatores de produção, de uma contradição de estruturas, o fruto da coexistência de tempos econômicos distintos.

Pressões inflacionárias

Já vimos que, do ponto de vista de seu organismo de produção e de comércio, o Brasil se apresenta, nas últimas décadas, como uma economia exportadora de produtos primários — parcela significativa do produto nacional — com um núcleo industrial diversificando-se, origem de crescente substituição de importações. Ao mesmo tempo em que mantém o setor tradicional de exportação, desenvolve novas formas de crescimento endógeno, em função de um mercado interno com amplas potencialidades. O produto nacional cresce firmemente. Mas, com a industrialização, a parcela de produtos manufaturados de consumo que é importada diminui com rapidez; o seu valor decresce com relação ao produto global. Isto significa que o produto interno bruto é cada vez maior do que o valor total das exportações, simplesmente porque uma percentagem dêle, sempre crescente, se deve ao setor industrial. Em outras palavras o desenvolvimento brasileiro se faz com industrialização.

Ora, as novas formas de desenvolvimento econômico não se instalam sem a ocorrência de mudanças qualitativas profundas na engrenagem de produção, nas relações sociais: a fase de trânsito que corresponde às duas últimas décadas é marcada por essas transformações estruturais: transformações ao nível das

relações de produção, dos organismos sócio-políticos, das formas institucionais.

Sabemos que substituição de importações significa industrialização. Esta não se faz sem um movimento de concentração de fatôres, sem o desenvolvimento das cidades (urbanização). Ora, enquanto processo que integra e aproxima populações, a urbanização desenvolve mudanças substanciais nas formas de convivência e de trabalho, nos hábitos de consumo, constituindo-se um dos fatôres do rápido crescimento da demanda. Consequência dos investimentos industriais, implica aumento e maior distribuição de rendas (salários, pagamentos aos demais fatôres). Condiciona o aparecimento de um proletariado urbano, pelo menos com algum poder político. Alimenta pressões sociais contra o subconsumo, o subemprego. Força uma elevação do produto global e, portanto, do consumo médio. Demais, à medida que a urbanização se desenvolve, forma-se um desajuste estrutural, denso de implicações humanas, entre as cidades e os campos. As migrações não se devem tanto à necessidades do mercado de mão-de-obra quanto à enorme atração que as cidades exercem sobre as populações rurais excessivas. As esperanças, as aspirações ecoômicas se nutrem (efeito demonstração); geram-se novas necessidades e novos hábitos de consumo, que o espírito de imitação, as facilidades de crédito ao consumidor (vendas à prestação) incentivam. Novas pressões se somam às já existentes, no sentido da elevação do consumo mínimo. Deflagra-se tôda uma série de mecanismos em cadeia, com efeitos acumulativos.

A industrialização, portanto, vindo ao encontro de uma procura de manufatu-

ras pré-existente e ligada ao setor de exportação, vai criar, por um processo endógeno conhecido, mais necessidades de consumo — consumo de alimentos, crescente consumo de manufaturas. Gera um amplo excesso de demanda, amplia de muito as exigências do mercado.

*Crescimento da demanda e oferta rígida:
inflação de "custos"*

É uma função de um aumento das necessidades do consumo geradas pela industrialização e da tendência altamente inelástica da produção para o abastecimento que se verifica o primeiro hiato estrutural, causa de uma pressão inflacionária persistente.

A economia agrária brasileira desenvolve atividades divergentes: produz ao mesmo tempo para a exportação e para o consumo interno. O setor tradicional de exportação — a velha economia monocultora e latifundiária — é altamente resistente às mudanças que se processam. Encolhe-se em suas estruturas ancilosas e, a partir de reduções da demanda internacional, ou mantém o nível anterior de produção, dilatando-se mesmo (rigidez), originando problemas de excessos produtivos de difícil colocação, ou se contenta com um regime de subutilização de recursos. Por outro lado, o setor de exportação, em face da preponderância que mantinha dentro do módulo exclusivo da economia colonial, desfruta de considerável poder político. Controla mesmo a política econômica do governo, beneficia-se do crédito, dos demais estímulos à produção.

O setor do abastecimento, que em parte regrediu para economia de subsistência com pequena faixa de comer-

cialização, sem nobreza e desarmado, permanece atrofiado, responde com atraso aos estímulos da demanda que se forma. Sofre de desajustamentos estruturais ao nível das relações com a terra, (distribuição desigual de propriedades, latifúndios parcialmente improdutivos), das técnicas agrícolas, das decisões de produzir, lentas em seus reflexos. Difícil lhe é o crédito, precária a comercialização (à época das colheitas, verificam-se baixas abruptas nos preços dos gêneros). São claras as conseqüências desses fatos sobre a produtividade e o volume da produção, cuja taxa de incremento era, até 1960, de 2,3% (1958-59), para um aumento demográfico de cerca de 2,9% e um acréscimo anual da renda per capita de 3,5%.

A pressão inflacionária aí formada, de pesados efeitos acumulativos, é bem conhecida. O próprio aumento populacional, mantidos os mesmos padrões de consumo, seria suficiente para causá-la. Mas a êste se acrescenta o aumento das rendas — inclusive no setor dos salários, onde a parcela dos alimentos no consumo normal é muito alta. A demanda adicional que se forma não pressiona, a curto prazo, a economia agrícola, rígida, de respostas tardias, distanciada dos efeitos comunicadores dos fluxos de renda, mergulhada em suas estruturas pré-capitalistas.

Sucessivos aumentos no preço dos gêneros são as conseqüência lógica, aumentos quase sempre muito maiores do que os verificados em outros setores produtivos. Assim, até agosto deste ano, o custo da alimentação aumentou de ... 36,5% em relação aos preços de 1961, tendo o nível geral dos preços se elevado de apenas 22%.

O preço dos gêneros tende a elevar o preço de todos os fatores. Geram-se pressões acumulativas ao nível dos salários, elevam-se os custos industriais. Diz-se então que subiu o custo de vida.

Desequilíbrio de fatores e infraestrutura inadequada.

O surto industrial, porém, não cria necessidades de consumo somente no setor de alimentos: é óbvio que gera, também, uma crescente demanda de produtos manufaturados, tanto mais quanto implica em um crescimento das cidades, onde é maior o consumo de manufaturas. Por outro lado, a industrialização em uma economia subdesenvolvida não se isenta dos desajustes que lhe são próprios, sobretudo de um desequilíbrio ao nível dos fatores. Assim, a maior parte da força de trabalho é formada por trabalhadores egressos do campo, sem habilitação técnica para a indústria; o mercado de capitais é imperfeitamente competitivo; na ausência de um mercado financeiro desenvolvido, utiliza-se a rede bancária para financiamento tanto de capital de giro, como de capital fixo; e o setor empresarial tem reflexos necessariamente tardios. É compreensível, pois, que esses desajustes ao nível dos fatores tendam a acarretar uma elevação nos custos por unidade do produto. Além do mais, a tendência monopolística observada no setor industrial — tendência para concentração de capitais ou dependência de monopólios já existentes; o volume da produção limitado muitas vezes pelas dimensões dos mercados, implicando subutilização de equipamentos (capacidade ociosa); os óbices de natureza burocrática; a inadequação

interna dos transportes — o traçado das linhas dentro do esquema colonial, compreendido como uma bacia de escoamento da riqueza através do centro exportador — não correspondendo às necessidades atuais do mercado; dificuldades de fretes, telefones e comunicações, desconhecimento do mercado, ausência de planejamento, tudo isso acarreta uma elevação adicional dos custos. De forma que os substitutos das importações produzidos internamente tendem a ser mais caros do que os bens importados que antes recebíamos, com reflexos previsíveis no sentido da elevação adicional dos preços.

*Substituição de importações:
inflação de "procura"*

Certamente, o esforço de industrialização acarreta, logo de início, uma enorme vantagem com a diminuição das necessidades de importar manufaturas de consumo. Mas isto não significa que diminuam o volume e o valor dos bens importados. Na realidade, pelo menos na primeira fase de industrialização, as necessidades de importação apenas se modificam. Isto porque um processo acelerado de industrialização — a que alguém já chamou, com evidente malícia, de industrialização excessiva — gera uma maior necessidade de importação de bens de capital, fome que cresce rapidamente. E o seu valor quase sempre supera as disponibilidades que uma economia exportadora de produtos primários, com situação precária no mercado internacional, tem para importar. Assim, uma análise da balança comercial do Brasil, nos últimos anos, revela um persistente aumento no valor total dos

bens importados, quando decrescem, em valor e volume, as exportações (deteriorização dos termos de intercâmbio). A redução nas importações de bens de consumo é sensível, mas logo compensada pelo aumento no valor da dos bens de produção, imprescindíveis para manter e desenvolver o parque industrial.

Uma redução na propensão geral para importar nunca se dá, portanto, na primeira fase do surto industrial. Várias décadas decorrem até que a economia atinja um grau de diferenciação suficiente para produzir grande parte dos bens de capital (reposição e inovação) de que necessita e, assim, forçar uma diminuição no valor total dos bens importados. E isto não acontece na primeira fase, inclusive porque o processo de industrialização, uma vez iniciado, toma aspectos de uma contínua expansão. As novas indústrias surgindo exigem novas importações; as velhas fábricas, para manter uma posição competitiva, precisam constantemente de renovar-se, originando um mecanismo de criação destrutiva menos intenso do que o das economias altamente desenvolvidas, mas com óbvias conseqüências sobre a necessidade de importar. Além do mais, enquanto a industrialização prossegue, aumenta rapidamente a procura de energia elétrica, de transportes e comunicações; os investimentos de infra-estrutura também vão depender de importações crescentes. Assim, uma redução no valor total das importações e na propensão para importar é muito posterior à primeira fase da industrialização. E muito tempo decorre até que a demanda básica se reduza às dimensões da capacidade para importar.

Outra pressão inflacionária estrutu-

ral tem origem, assim, ao nível da balança comercial e da taxa de câmbio. O ativo gerado pelas exportações — dependentes fundamentalmente no caso do Brasil, de um produto e de um mercado — é insuficiente para fazer face ao passivo correspondente às importações essenciais. Mesmo quando cobre em valor, o dos bens importados — o caso brasileiro mais recente —, compensa-se pelo deficit ocasionado por compromissos não saldados. O resultado é um permanente desequilíbrio das transações correntes do balanço de pagamentos internacionais, que atinge, em 1960, 410 milhões de dólares, acarretando um deficit global de 350 milhões. A consequência são os empréstimos internacionais, contantemente reajustados, a que correspondem amortizações, juros. As desvalorizações da moeda nacional são, então, inevitáveis, ainda mais alimentadas pelas remessas de lucros, royalties, dividendos — tributo ao capital internacional. Variações na taxa do câmbio têm efeitos conhecidos sobre o nível dos preços.

Comportamento do setor público

O setor das finanças públicas não sofre menos com o processo inflacionário que se instala. As funções do Estado são naturalmente dilatadas, no mundo subdesenvolvido, cabendo-lhe uma grande responsabilidade na promoção do desenvolvimento. O seu aparelhamento burocrático não se adaptou às novas funções que pretende desempenhar. Um aumento dos vencimentos do funcionalismo público no Brasil, por exemplo, como resposta aos efeitos propagadores da onda inflacionária, gera problemas in-

superáveis. O sistema tributário é rígido, a máquina fiscal incapaz de arrecadar impostos diretos. Apelar para um aumento de impostos seria aumentar o peso de uma carga tributária altamente regressiva. Isto porque os impostos indiretos (consumo, vendas e consignações, importação, selo, etc.) cobrem 77,9% da receita tributária total. Sua possibilidade de transferência ao consumidor de produtos taxados é óbvia. Enquanto isso, é baixa a produtividade dos impostos diretos: o imposto-de-renda corresponde a apenas 11,9% da receita total e cerca de 60% dele provém dos que recebem salários e ordenados. Assim, 90% pelo menos do ônus de financiar o dispêndio público no Brasil é lançado sobre as classes de poder aquisitivo mais baixo e sobre a classe média, os que, justamente, menos recebem em contrapartida do que financiam. O aumento dos custos nos serviços públicos, assim, lança o Estado diante de uma alternativa: ou uma elevação das tarifas e impostos, o que estimularia o processo inflacionário já deflagrado; ou sua manutenção, o que acarreta deficits vultosos, que agravam o desequilíbrio orçamentário, origem das pressões inflacionárias globais. Os deficits em caixas do Tesouro se avolumam portanto, (293,7 bilhões, em 1962); o Governo não tem outra saída com recursos internos: apela para as emissões (137,7, bilhões, em 1962).

Efeitos acumulativos

Numa etapa mais avançada do processo, o problema da poupança voluntária e dos investimentos, já de si tão sério numa economia subdesenvolvida (limite da capacidade), se exarceba. Por sua

vez, deslocam-se os investimentos dos setores menos atrativos — justamente os de maior produtividade, a longo prazo — para regiões de uso especulativo de capital (especulação imobiliária, compra de moeda estrangeira, construção civil), que a inflação se encarrega de tornar atrativas e menos arriscadas. Uma tal situação agrava os problemas da produção, e, portanto, os problemas estruturais da oferta. A poupança global é desencorajada numa economia em expansão, que necessita de uma taxa muito alta de investimentos. Cria-se um desequilíbrio entre a poupança volutária e o volume dos investimentos, que são então, financiados pela inflação (emissões ou poupança adicional gerada ao nível dos preços relativos). Nessas condições, em que se patenteia o hiato inflacionário entre o nível dos investimentos e a poupança normal ($S < I$), uma política monetária ortodoxa e anti-inflacionária seria incompatível com a manutenção da taxa de desenvolvimento. Torna-se impossível prover o necessário incremento dos investimentos sem um aumento rápido da massa monetária. Uma política monetária clássica funcionaria como desestímulo ao crescimento do produto. Tenderia a perpetuar a situação de dependência econômica, e, numa fase mais adiantada, a estancar o processo de crescimento industrial, mantendo a necessidade de importações; pondo o produto global na dependência do que se exportasse (economia colonial). Certamente, os dados dos problemas poderiam ser modificados por um movimento crescente de importações de capitais, superior à remessa de lucros e aos refluxos de capital.

Isto permitiria que os investimentos

aumentassem sem grandes expansões da massa monetária, mas, ao mesmo tempo, criaria novas formas de dependência, mais sutis, por certo, vinculando a economia brasileira aos caprichos do capital estrangeiro.

Inflação brasileira como problema

O problema da inflação brasileira é, assim, tanto mais complexo quanto resulta de um desequilíbrio no setor dos pagamentos externos conjugado com uma crise na produção e na comercialização para o consumo interno. O seu efeito mais palpável é uma elevação do nível de preços, devida a uma expansão da renda monetária. Enquanto o processo se põe em marcha, origina-se uma série de tendências cumulativas, tãda vez que determinada classe protege-se, com um aumento de salários, de alta de preços. É nesse sentido que a inflação não se desvincula do fenômeno de redistribuição de rendas que lhe é peculiar. Realiza uma distribuição da riqueza que beneficia o setor de rendas variáveis e age como um impôsto indireto suplementar sôbre os que dispõem de rendas fixas, dando origem a um mecanismo de transferências da riqueza. Mas a análise dos efeitos de uma conjuntura inflacionária escapa aos limites dêste trabalho, que apenas pretendeu analisar o mecanismo de algumas pressões inflacionárias, criadas ao nível das estruturas de produção e de comércio.

Conclusões

A inflação brasileira parece ser, portanto, o reflexo de desequilíbrio ao nível das estruturas de produção, causados

pelos desajustamentos próprios de sistema econômico ambivalente. Uma exata compreensão do fenômeno exige uma retificação dos instrumentos de análise convencionais, um esforço original de teorização. É um erro considerar a dinâmica das economias subdesenvolvidas como se se tratasse de sistemas altamente integrados. Seus problemas devem ser abordados dentro do quadro de relações peculiares em que se situam e explicam. A inflação brasileira escapa às teorizações monetárias tradicionais. Esclarece-se à luz de visualização muito mais ampla; é um processo que incorpora vários aspectos. Que não se desvincula de um contexto. Sua solução está na adoção de uma política de planificação do desenvolvimento, que, mantendo a taxa de crescimento da riqueza nacional ou mesmo incrementando-a, trate de conseguí-la com recursos não enfermos pela inflação, com a mobilização das potencialidades de que dispõe o sistema econômico nacional. Nenhum plano anti-inflacionário concebido em linhas ortodoxas terá resultados concretos. Há que adotar-se uma atitude positiva, através da planificação da economia, no sentido de superar as deficiências estruturais conhecidas, de integrar o País num complexo econômico diferenciado, em função das novas linhas do seu desenvolvimento. Essa integração econômica não se fará sem um incremento da mobilidade dos fatores de produção que torne o sistema flexível. Impõe-se, portanto, adotar uma política de mobilização dos fatores que implica em: a) reformas da estrutura agrária, no sentido de adaptá-la às novas exigências da demanda interna de produtos agrícolas superando velhas estruturas sociais, baseadas em distribui-

ção altamente desigual das terras; b) desenvolvimento da educação (fator homem); c) aperfeiçoamento dos instrumentos da economia fiscal e bancária (fator capital); d) aperfeiçoamento da rede de transporte, e das comunicações (fator comercialização); e) reaparelhamento da máquina burocrática às suas novas e amplas funções; f) planificação dos investimentos públicos e orientação dos privados para setores considerados preferenciais. A análise anterior parece que mostrou a objetividade dessas medidas e o modo como as deficiências que objetivam superar entravam o desenvolvimento da economia. Quaisquer outras políticas — conter a distorção de preços, reduzir o despêndio, etc. — ou são medidas complementares, ou simples paliativo. Não basta atacar os sintomas externos de um mal que tem causas estruturais profundas e de cuja solução depende o futuro do País, como numa unidade econômica, social e política.

NOTA — O trabalho que se publica foi escrito para uma conferência que o autor pronunciou, a convite da União dos Estudantes de Pernambuco, a 15 de novembro do ano passado, durante a Semana Estudantil Nacionalista. Quase nenhuma modificação se introduziu. Isto explica o seu caráter um tanto ou quanto didático e a ausência de notas bibliográficas. Ao escrevê-lo, baseiou-se o autor, sobretudo, no trabalho do prof. Dudley Seers (Yale University), publicado recentemente na revista *Oxford Economic Papers* (Junho, 1962) intitulado "*A Theory of Inflation and Growth in Underdeveloped Economies*"; na obra do economista Celso Furtado, principalmente nos livros *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961), *Formação Econômica do Brasil* (Fundo de Cultura, Rio 1961) e *A Pré-Revolução Brasileira* (Fundo de Cultura, Rio, 1961); nos estudos do grupo de economistas ligados à Cepal, especialmente no do prof. Aníbal Pinto (*Desenvolvimiento, Estabilidad e Inflación*, in Aspectos y problemas del Desenvolvimiento Económico, Sudene, Recife, 1962); e no livro do economista João Paulo de Almeida Magalhães, *Desenvolvimento Económico* Rio, 1962.

Para os dados estatísticos apresentados, consultou a *Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil*, do Conselho Nacional de Economia (1961), o Plano anti-inflacionário do Ministro Miguel Calmon, de outubro de 1962. Demais fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação Getúlio Vargas e a Revista Nacional de Economia.

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, do Governo João Goulart é posterior ao trabalho; achou o autor mais útil não considerá-lo; seria uma interpolação fácil, mas que julgou dispensável. Ademais, um estudo mais sério do documento só poderia ser feito em outro artigo.

RÉSUMÉ

DANS sa phase actuelle, l'économie brésilienne se structure selon trois secteurs d'activité: elle produit pour l'exportation, elle développe une économie agricole et un élevage qui permettent une large marge de subsistance, elle possède un noyau industriel en expansion accélérée fondé sur le marché interne et suffisamment diversifié pour produire une partie des biens de production dont le pays a besoin. Dans les situations structurelles où s'est produite l'éclosion industrielle du Brésil, l'inflation s'est révélée comme étant pour le moins une condition nécessaire.

L'auteur analyse les diverses pressions inflationnistes engendrées par le processus d'industrialisation au Brésil: celles qui sont liées à l'augmentation de la demande et à la rigidité de la production des biens de consommation (inflation des coûts); celles qui proviennent du déséquilibre des facteurs de production et de l'inadaptation de l'infrastructure; celles qui ont leur origine dans le niveau de la balance commerciale du pays et des taux de change (inflation de la demande).

Ensuite, en examinant le comportement du secteur public, l'auteur étudie le déséquilibre budgétaire

et les déficits massifs comme une conséquence et une cause du nouvel élan inflationniste; enfin il examine les diverses pressions inflationnistes cumulées qui ont leur origine dans le déséquilibre des prix relatifs et de l'épargne normale par rapport aux investissements exigés pour maintenir la croissance du produit national.

L'auteur conclue sur la constatation que les instruments d'analyse traditionnels sont incapables de donner une interprétation de l'inflation dans les régions sous-développées et que celle-ci exige un effort théorique autonome. La solution réside dans l'adaptation d'une politique globale de développement (rationalisation du procédé de développement économique), qui vise à intégrer le pays dans un complexe économique différencié, ce qui ne se fera pas sans l'accroissement de la mobilité des facteurs de production. Cela implique des mesures de correction de la structure économique pour la rendre plus malléable et plus dynamique. Ceci parce qu'il ne suffit pas de s'attaquer aux symptômes externes d'un mal qui a des racines profondes dans l'inorganisation des complexes économiques sous-développés.

ABSTRACT

IN ITS present state Brazilian economy shows three main fields of activity: production for exportation, the evolution of an agrarian economy with a wide band of subsistence, and a rapidly expanding center of industrialization based on the internal market and sufficiently diversified to meet some of the demand of consumer's goods. The way the industrial boom took place in Brazil, inflation turned out to be at least its necessary condition.

The author analyses the various inflationary pressures brought about in the process of industrialization of the country: those related to an ever increasing demand and to the rigidity of the production of primary consumer's goods (costs inflation); those resulting from the lack of equilibrium of the production factors and from the country's balance of payments and from the exchange rates (demand inflation). Next, while studying the behaviour of the public services, he tackles the problem of the lack of equilibrium of the budget together with oversized deficits as a consequence and a

cause of a new inflationary surge. This has a definite bearing on the various inflationary pressures of a cumulative character which are generated by the lack of equilibrium of relative prices and of the normal savings as a function of investments necessary to keep the growth of production going.

His conclusion is that the traditional tools for analysis are not capable of accounting for inflation in underdeveloped countries. This is a specific problem which calls for concrete and local theorization. Its solution lies on the adoption of an integrated development policy (a rationalization of the process of economic development) with a view to inserting the country in an overall differentiated economic complex. This cannot be possibly done without a means of increasing the mobility of the production factors. It implies some measures designed to correct the economic structure, in order to render it more flexible and dynamic. And this because it makes no sense to deal with external symptoms of an evil which has its roots deepened in the lack of organicity of the underdeveloped economic complexes.

